



Reunião Regional Sobre Proteção de Civis do Uso de Armas Explosivas em Áreas Povoadas

Relatório de Síntese Preliminar

Hotel Avenida

Maputo, Mozambique

27-28 novembro 2017

Representantes de 19 países africanos¹, organizações internacionais (ONU OCHA, CICV, GICHD) e organizações da sociedade civil, incluindo vítimas e sobreviventes, reuniram-se em Maputo, Moçambique, de 27 a 28 de novembro de 2017, no Encontro Regional Sobre a Proteção de Civis do Uso de Armas Explosivas em Áreas Povoadas. O objetivo foi partilhar conhecimentos e provas do padrão distinto de danos causados aos civis pelo uso de armas explosivas em áreas povoadas, e explorar medidas para resolver este dano a nível político e operacional, de um ponto de vista nacional e regional.

A reunião foi oficialmente aberta pelo Excelentíssimo Senhor **Dr. Oldemiro Júlio Marques Balói**, Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Moçambique, acompanhado por Marcia Freitas de Castro, o Coordenador Residente da ONU, Dr. Jean-Baptiste Richardier, Fundador da Handicap International, Dr. Eirini Giorgou, Conselheiro Jurídico, Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV), Margaret Arach Orech, Associação Ugandesa de Sobreviventes de Minas Terrestres. O Embaixador Alberto Maverengue Augusto, *Diretor de África e Médio Oriente. Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Moçambique*, presidiu à conferência.

Abertura – Declarações

Jean-Baptiste Richardier, fundador da Handicap International, na declaração de abertura disse que estamos a assistir a uma deterioração da contenção na guerra e a uma crise no dever de proteção e de conformidade com o direito internacional existente, e que é necessário restaurar o respeito pelos civis em cenários de conflito. Recordou que o Tratado de Interdição de Minas e a Convenção sobre as Munições de Fragmentação são processos comuns e que as

¹ Angola, Botswana, Camarões, República Centro-Africana, Congo, Etiópia, Gana, Quénia, Libéria, Madagáscar, Mali, Moçambique, Nigéria, Senegal, Serra Leoa, Somália, África do Sul, Togo, Uganda, Zâmbia

OSC mostraram que a mudança era possível e elogiou o papel de Moçambique. Realçou ainda que o problema da EWIPA não se restringe à Síria, ao Líbano e ao Médio Oriente – acontece na Somália, na Côte d'Ivoire, no Sudão do Sul: a região Africana está diretamente afetada. As armas explosivas são, muitas vezes, consideradas como um resultado inevitável do conflito, mas há evidências de que os militares podem restringir o uso de certas armas e, ao fazê-lo, fortalecem a proteção civil. Destacou ainda que é necessária a revisão da política e das práticas nacionais e que os padrões internacionais devem ser reforçados para garantir plenamente os direitos das vítimas/sobreviventes e, no final, exortou os Estados a apoiar o desenvolvimento de uma declaração política.

Sua Excelência, o Sr. Oldemiro Júlio Marques Balói, Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Moçambique, lembrou que os efeitos dramáticos do uso de armas explosivas em áreas povoadas permanecem vivos na memória. Os Moçambicanos têm experimentado em primeira mão o impacto dramático do uso de armas explosivas, tanto na luta armada prolongada pela independência, como no conflito brutal de desestabilização que se seguiu. É, de fato, a razão pela qual Moçambique está fortemente interessado em ver a questão das armas explosivas em áreas povoadas mais conhecida e divulgada em todo o mundo, especialmente em África. Reiterou firmemente o compromisso político de Moçambique com o processo, em geral, que levará à Declaração Política sobre Armas Explosivas em Áreas Povoadas no futuro.

A Senhora Márcia Freitas de Castro disse que é importante dar uma melhor resposta ao impacto humanitário das guerras urbanas. Estamos a assistir ao uso crescente de armas explosivas em algumas áreas, e as populações afetadas precisam de apoio especializado para abordar os sérios problemas de saúde pública, deslocamento, destruição de escolas e casas e interrupção dos serviços básicos causados. Muitas populações não podem regressar às suas casas e comunidades. Referiu o relatório da UNOCHA e afirmou que políticas e práticas como as vistas na Somália devem ser apoiadas noutros contextos. A Sra. Freitas de Castro realçou que o SG das NU exorta os Estados membros a envolverem-se no processo para uma declaração política e expressou a esperança de que este encontro mobilize diversos atores, além de aumentar a consciencialização e aumentar o conhecimento.

Dr. Eirini Giorgou afirmou que o EWIPA é um desafio humanitário e legal, e que qualquer dilema sobre a aplicação prática do Direito Internacional Humanitário (DIH) deve ser resolvido com o objetivo de proteger os civis em mente. **A Sra. Giorgou** observou que as armas explosivas têm uma probabilidade significativa de efeitos indiscriminados devido a explosivos de área ampla que causam um nível inaceitavelmente elevado de danos humanitários. Também observou que a guerra urbana está a aumentar, mas os militares não atualizaram as suas políticas para ter este aspeto em consideração. Enfatizou que os efeitos da AE não se limitam ao dano direto, mas que se estendem no tempo e no espaço, são acentuados em conflitos armados prolongados e são amplamente previsíveis. No entanto, esses efeitos (que dizem respeito à proporcionalidade de um ataque) não são suficientemente tidos em conta pelas partes num conflito armado. As armas explosivas com efeitos de área ampla são suscetíveis de ter efeitos além do seu alvo: é provável que os objetos civis em torno de alvos tornem o seu uso indiscriminado, e os efeitos reverberantes provavelmente também tornam esses ataques desproporcionais. O DIH proíbe ataques indiscriminados e desproporcionais, e

inclui a obrigação de tomar todas as precauções viáveis na escolha de meios e métodos de guerra. A realidade que estamos a ver nos conflitos atuais suscita sérias questões quanto à aplicação e implementação dessas regras. Os Estados devem evitar o uso de armas explosivas com amplas áreas de impacto em áreas povoadas, apesar da ausência de uma proibição legal específica.

A Sra. Margaret Arach Orech disse que devemos ter um objetivo comum - a prevenção de danos centrada nas pessoas, causados pelo uso de EWIPA. Este também tem sido um tema central para trabalhar no Tratado sobre a Proibição de Minas e na Convenção sobre Munições de Fragmentação, onde os Estados africanos têm mostrado um grande passo em direção à sua universalização. A proteção de civis da EWIPA é essencial para a realização dos objetivos de desenvolvimento do milénio das NU. O aumento do número de pessoas com deficiência, incluindo aqueles com saúde mental, também está ligado a conflitos armados, onde armas explosivas são usadas em áreas povoadas e com devastadores efeitos a longo prazo sobre civis e comunidades. Os estados africanos devem defender esta iniciativa e desencorajar, em particular, o uso de armas explosivas de área de impacto em áreas povoadas. Exortou cada país africano a defender esta iniciativa humanitária nos seus respetivos países e regiões, e a desencorajar de todas as formas possíveis o uso de armas explosivas com amplos efeitos em áreas povoadas. Os Estados não devem permitir que África seja um aterro de armas que inibam o desenvolvimento.

Ao longo dos 2 dias da Reunião Regional, discutiu-se uma variedade de tópicos demonstrando o impacto de armas explosivas do ponto de vista das comunidades, operadores e profissionais afetados.

Em conjunto, os participantes debateram os seguintes tópicos:

Sessão 1: Apresentação do contexto e situação atual

Os participantes desta sessão forneceram uma breve descrição dos impactos humanitários resultantes do uso de armas explosivas em áreas povoadas e o crescente número de intervenientes preocupados com esse padrão de dano, registado em diversos contextos. Foram atualizados os esforços empreendidos para abordar esta questão de grave preocupação humanitária e o cenário atual da política internacional. Esta sessão também estabelecerá os objetivos para esta reunião.

Ms. Laura Boillot, Coordenadora da Rede Internacional de Armas Explosivas (RIAE)

Dr. Simon Bagshaw, Assessor Sénior de Políticas, Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA)

Mr. Jaime Chissano, Ministro Plenipotenciário, Missão Permanente da República de Moçambique junto das Nações Unidas em Genebra

Debates

Sessão 2: Danos diretos do uso de armas explosivas em áreas povoadas

Os participantes da segunda sessão forneceram uma visão geral dos danos diretos decorrentes do uso de armas explosivas em áreas povoadas, com foco particular no impacto desproporcional sobre civis, incluindo morte, lesões e traumatismos. Foi destacado o padrão de danos como documentado através da recolha de dados, apresentando dados-chave e destacando países que enfrentam altos níveis de violência explosiva.

Dados-chave sobre os danos resultantes do uso de armas explosivas em áreas povoadas - *Dr. James Kearney, Ação sobre Violência Armada*

Dano ao corpo humano - *Sra Alma Al Osta, Handicap International*

Um estudo de caso: o bombardeamento do mercado de Abobo, Costa do Marfim, *Sra. Nounou Bouto, Centro para a Paz, Segurança e Prevenção da Violência Armada*

O impacto nas crianças. Judas Massingue, Save the Children

Debate:

O representante da Cameroun disse que era uma questão de respeito pelo DIH, e que organizavam formações sobre esse assunto. Também referenciou o impacto que os ataques de Boko Haram tiveram no país. A **representante da CAR** expressou apoio à iniciativa de trabalhar para uma declaração política. A CAR disse que, embora África não produza essas armas, o seu uso em África e noutros lugares obriga os estados africanos a procurar possíveis precauções em relação ao seu uso. O **representante da Nigéria** salientou a utilização de crianças suicidas pelo Boko Haram e sugeriu que havia uma necessidade de educar melhor as crianças sobre os perigos.

Sessão 3: **O impacto de armas explosivas em infraestrutura e serviços essenciais**

Os oradores deste painel apresentaram uma visão geral do padrão mais amplo de danos causados pelo uso de armas explosivas em áreas povoadas, com foco no dano e destruição de propriedade privada, incluindo a habitação, bem como a infraestrutura essencial e serviços críticos, tais como serviços médicos e sistemas de saúde, água e saneamento e educação, e o impacto sobre a população civil.

Destruição de infraestruturas e serviços, *apresentação feita pelo Dr. Eirini Giorgou, Conselheiro Jurídico, Comité Internacional da Cruz Vermelha em Moçambique*

Impacto nos cuidados de saúde: um olhar sobre a Ucrânia e a Líbia, *apresentação feita pela Sra. Roos Boer, PAX*

Impacto na educação, *apresentação feita por Ms. Mimidoo Achakpa, Rede de Mulheres da IANSA da Nigéria*

Debate:

O Rep. da Nigéria partilhou a preocupação sobre se um compromisso político é suficiente, ou se queremos igualmente obter medidas práticas, as quais a comunidade internacional possa fazer cumprir para proteger civis, perguntou também o que está a ser feito para prevenir a produção de armas explosivas e como parar o fluxo para os atores não estatais (NSAs). Inquiriu ainda

que, dado a não aplicação do DIH, de que forma se poderá fazer cumprir um compromisso político.

O rep. do Mali referiu o uso de AE por terroristas, e perguntou sobre a melhor forma de evitar que tenham acesso a estas armas. O rep. de **Moçambique** respondeu dizendo que primeiro é necessário um compromisso, independentemente da reação/ações de outros. Acrescentou que apenas fazendo isso, se poderá ir muito mais longe.

Sessão 4. Proteção e assistência às comunidades afetadas

Os oradores do painel para a sessão 4 analisaram o impacto mais amplo do uso de armas explosivas em áreas povoadas e o impacto nas comunidades afetadas, inclusive a forma como o uso de armas explosivas em vilas e cidades é um motor de deslocamento. Considerou os riscos apresentados aos civis pelos resíduos de guerra explosivos e pelos engenhos explosivos, e os esforços que podem ser empreendidos para reduzir o risco para os civis das armas explosivas, garantir assistência às comunidades afetadas e defender os direitos das vítimas.

Contaminação de terras de engenhos explosivos, apresentação feita pelo Sr. Robert Burry, Handicap International Moçambique

Tornar as comunidades seguras outra vez, apresentação feita pelo Sr. Albino Forquilha, FOMICRES

Defesa dos direitos das vítimas de violência armada, discurso pronunciado por Margaret Arach Orech

Prevenção e preparação de conflitos, apresentação feita por Siv Mjaaland, Norwegian People's

Deslocação e negação de regresso, apresentação feita pelo Sr. Geoffrey Duke, Rede do Sudão do Sul em Armas de Pequeno Calibre

Debate:

O rep. do **Zimbabwe** observou que partes significativas do país ainda têm minas, com aproximadamente mais de 3 milhões de minas colocadas, mais ERW (resíduos de guerra explosivos). No que se refere ao combate nas áreas urbanizadas, o Zimbabwe enfatiza a necessidade de não perturbar os serviços essenciais ou prejudicar a população local. Disse que deve haver um ponto de partida: o longo caminho percorrido no APMBT está agora a mostrar resultados, com a maioria dos Estados-Parte livre de minas nos próximos anos.

O rep. do **Zimbabwe** exprimiu os votos de conseguir resultados concretos com o assunto em debate, e sugeriu a realização de uma convenção e a posterior implementação. O rep. do Kenya rep. (Maj-General Simon Karanja) perguntou sobre a vida útil do armamento levado para uma área de conflito e por alguns países que contribuem com tropas. Observou-se que as

armas explosivas apresentam um perigo específico para soldados e civis, especialmente quando armazenados em áreas povoadas.

Sessão 5: **Gerir armas explosivas com efeitos de área ampla**

Os participantes da sessão 5 analisaram os tipos de armas explosivas que existem e que estão atualmente em uso. Estes incluem bombas de aeronaves, ogivas de artilharia, ogivas de mísseis e foguetes, bombas de morteiro, granadas e dispositivos explosivos improvisados. Em particular, analisaram as preocupações sobre armas explosivas com efeitos de área ampla e os riscos que estes apresentam para os civis, bem como os esforços envidados para melhor proteger os civis.

Características e efeitos das armas explosivas, apresentação feita pelo Sr. Samuel Paunila, Centro Internacional de Desminagem Humanitária de Genebra (GICHD)

Política militar e prática para fortalecer a proteção de civis, Dr. Simon Bagshaw, Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA)

Reforçar a proteção dos civis: um exemplo das políticas operacionais da AMISOM na Somália, apresentação feita Major General (Ret) Simon Karanja

Trabalhar com militares, apresentação feita por Mary Gorrety Ajwang, Handicap International Kenya

Debate:

Como lidar com a questão de como se envolver intervenientes não estatais (INE)? Simon Bagshaw, da UNOCHA, observou que o uso de AE pelos estados tende a alienar as populações e a impulsionar o recrutamento para INEs.

Como reduzir a EWIPA? O major General (Ret) Simon Karanja: (1) perguntou quem são os perpetradores e quão recetivos são em relação ao direito internacional e aos direitos humanos. Por exemplo, na Somália, existem o al-Shabaab (sem respeito pelo DIH, mas podem negociar), as milícias (também não aderiram ao DIH, mas podem controlar/negociar), o Exército Nacional da Somália e a AMISOM (tentou aderir, mas às vezes disparam armas em áreas povoadas).

Gorrety Ajwang da Handicap International falou da importância da informação partilhada para garantir que a pesquisa e o trabalho sejam incorporados no desenvolvimento de políticas e não apenas lidar com o efeito de explosivos tal como é usado pelos militares, sendo evidente que em África as armas explosivas improvisadas são amplamente utilizadas pelos INEs, e isso deve ser reconhecido. No Quênia, na Somália, a Nigéria e noutros países, o principal impacto vem dos INEs. Ter em atenção a prevenção, a mitigação, mas também a recuperação: como os incorporar numa abordagem holística de recuperação.

Samuel Paunila disse que os militares querem armas cada vez mais letais e compactas, o que também implica efeitos mais localizados. A tecnologia para munições e projéteis que não fragmentam com mais efeitos locais já existe, mas os preços são elevados. A modelação dos impactos está a progredir rapidamente, mas será sempre limitada. A formação em alvos e

análise está a melhorar, mas a formação está numa fase inicial na maioria das empresas. A segmentação atualmente não é competente ou cuidadosa. Também se resume ao uso ad hoc versus planeado de AE: quando as forças militares reagem ao fogo recebido, as políticas de autodefesa diferem entre os estados; torna-se evidente que os militares usam a primeira arma disponível para se protegerem ao invés de realizarem uma combinação abrangente de armas e metas.

O rep. da Zâmbia realçou que a utilização de armas explosivas acontece especialmente no mundo em desenvolvimento, mais por parte de INE (Intervenientes Não Estatais). Considerando este tipo de dinâmica onde os INE usam armas explosivas, colocou-se a questão sobre qual seria a garantia na declaração política de que haveria uma redução nos danos causados pelo uso de AE. O DIH fornece orientações claras e específicas para os Estados no EWIPA: discussões recentes em Genebra estabeleceram o fato de que o DIH é suficiente; em vez disso, assiste-se ao incumprimento por parte dos envolvidos das obrigações decorrentes do DIH e a falta de respeito pela lei. Foi levantada a questão sobre qual seria a garantia de que os estados que atualmente não estão envolvidos no processo de declaração política iriam aderir ou aceitar esta declaração.

Sessão 6: **Desenvolvimento de novos padrões internacionais**

Os oradores do painel para a sessão 6 analisaram a forma como as armas explosivas são regulamentadas no direito e na política internacionais, que restrições são colocadas no uso de armas explosivas e de que forma são protegidos os civis contra os efeitos de armas explosivas. Este painel também forneceu uma atualização sobre os esforços para desenvolver um compromisso internacional sob a forma de uma declaração política e quais os compromissos que deve conter, a fim de prevenir danos e proporcionar uma melhor proteção aos civis que enfrentam conflitos armados.

Armas explosivas e a lei, apresentação feita pela Sra. Maya Brehm, artigo 36

Uma declaração para prevenir danos, apresentação feita por Laura Boillot, a Rede Internacional de Armas Explosivas

Atualização de um processo para uma declaração política, Sr. Hubert Neuwirth, Chefe de Cooperação, Embaixada da Áustria em Moçambique

Grupo de trabalho

Sessões de grupo de trabalho - quais são as etapas práticas que os estados africanos e a sociedade civil podem tomar

O objetivo do grupo de trabalho é identificar o que precisa de ser feito para abordar a questão do uso de armas explosivas em áreas povoadas, tanto a nível nacional como internacional, e como envolver diferentes partes interessadas.

Grupo 1: Presidido pela Nigéria (em nome do seguinte grupo de estados: Gana, Libéria e Zâmbia)

- Participar no processo diplomático da Declaração Política o mais rapidamente possível. Disposto a cooperar com o processo.
- Fazer o máximo possível para evitar incêndios diretos e indiretos em áreas povoadas, para evitar vítimas civis.
- Incentivar o diálogo político para evitar conflitos
- Assegurar formação regular ao pessoal militar
- Verificações e avaliações nas Forças Armadas com o Ministério da Defesa que supervisiona o exército, a força aérea e a marinha. Certificar-se que não "ultrapassam os seus limites e mandato".
- Assegurar que as políticas e tratados internacionais atuais sejam efetivamente implementados, inclusive através da sua tradução para a legislação nacional
- Certificar-se que o relatório da Conferência de Maputo seja levado à atenção dos chefes dos estados interessados

Atores a envolver/serem envolvidos em:

- Deputados: levar o tema ao nível do Parlamento em sessões plenárias.

Grupo 2: Presidido pelo Togo (em nome do seguinte grupo de estados: Senegal, Madagáscar, Mali, República Centro-Africana, Congo e Camarões).

- Importante abordar esta questão para os Estados e atores não estatais
- **A nível nacional**, ensino do DIH para os cidadãos desde o nível de educação básica /primeiros anos de ensino.
- A nível nacional, harmonizar as ferramentas jurídicas nacionais à nossa disposição com os padrões internacionais
- A nível nacional, criar infraestruturas adequadas para armazenar armas explosivas fora dos centros da cidade, para fortalecer a proteção física para evitar o roubo e seu uso por grupos armados não estatais.

- A nível nacional, adotar novas leis sobre transporte e estoque de armas explosivas em áreas povoadas
- A nível nacional, fortalecer a educação dos cidadãos sobre os riscos que essas armas levantam.
- Aprovar os meios financeiros necessários, para fortalecer as capacidades (lei, educação e operações) do Estado em relação à campanha EWIPA.
- Certificar-se que as armas não chegam às mãos de atores não estatais
- A nível internacional, criar um mecanismo para destruir armas em prazo de caducidade, obtendo nomeadamente um seguro sistemático dos fabricantes.
- A nível internacional, declarar o uso de armas explosivas com amplos efeitos na área populosa como crime de guerra.
- A nível internacional, solicitar aos estados que implementem efetivamente o DIH.
- Atores envolvidos/envolvidos com: Governo, ministérios, ONGs, vítimas, todas as plataformas de diálogo e cooperação.

Grupo 3: Presidido por Moçambique (em nome do seguinte grupo de estados: Angola, Botswana e Zimbabwe)

- **A nível nacional**, colaborar com militares. Devem desempenhar um papel importante e ativo, e a questão deve ser abordada dentro das suas regras de compromisso.
- Ao nível do país, envolver membros dos gabinetes para se certificar de que estão melhor equipados para encetar debates sobre o assunto.
- A nível nacional, envolver-se com a sociedade civil e a rede INEW
- Aumentar os esforços para integrar as leis internacionais na legislação nacional: IHL, CCW, CCM, MBT.
- **A nível regional**, difundir e levar o tema EWIPA o mais rapidamente possível a todos os quadros e espaços políticos relevantes, sempre que possível (Reuniões de estados / Cimeiras regionais / grupos de especialistas), por meio de eventos paralelos, workshops ou intervenções.
- Sempre que possível, os delegados devem condenar o uso de armas explosivas com amplos efeitos de área nas áreas povoadas.
- A nível continental, a União Africana e o seu Departamento de Paz e Segurança devem ser apreendidos sobre este assunto.
- No mesmo nível, é urgentemente necessária uma posição comum africana.

- Deve realizar-se um workshop para divulgar os resultados da conferência regional de Maputo.
- Os meios de comunicação de massa devem estar mais envolvidos na campanha diplomática da EWIPA.
- O processo deve incluir a iniciativa africana para prevenir o terrorismo.

Grupo 4: Presidido pelo Uganda (em nome do seguinte grupo de estados: Quênia, Etiópia, Somália).

- É necessária uma elevada vontade política para abordar a questão da EWIPA. Existe um consenso geral de que é urgente seguir em frente.
- **A nível nacional**, a legislação nacional deve fortalecer a proteção de civis e abordar o uso de EWIPA. A legislação também precisa de ser reforçada com a evolução atual da guerra (adaptação nas áreas urbanas, crescente desafio de urbanização)
- A nível nacional, envolver diplomatas e militares através de uma formação séria, melhorando os seus conhecimentos sobre o assunto atual.
- No entanto, na formação e debates, os diplomatas e militares devem trabalhar separadamente por forma a potenciar a obtenção de conhecimentos das partes.
- Ser firme e pedir todos os requisitos financeiros e logísticos (HR, infraestruturas) para resolver o problema corretamente.
- **A nível regional**, deve ter lugar uma reunião regional das partes interessadas, com atores relevantes e comunidades em níveis políticos e económicos, e fazê-los impulsionar esse problema.
- **A nível global**, envolver todos os atores internacionais únicos (a ONU para assumir a liderança).
- A nível global, deve haver uma estipulação de penalidade paralela, de modo que, uma vez que alguém bombardeie um mercado ou uma área povoada, saberá que o preço a pagar é alto e, acima de tudo, conhecido com antecedência.
- Trabalhar com sobreviventes de forma a obter orientação da sua parte.
- Deve existir um mecanismo de monitoramento e avaliação para monitorar o que foi concretizado e implementado após Maputo e a declaração política.

Conclusão:

O encontro regional sobre a proteção de civis pelo uso de armas explosivas em áreas povoadas foi concluído com o discurso de encerramento do presidente da reunião e a adoção do comunicado oficial (Anexo 1) pelos participantes da reunião.

O Presidente agradeceu a todos os participantes a sua participação frutífera e vibrante ao longo dos dois dias desta conferência de alto nível, que reuniu uma diversidade de partes interessadas a nível estatal e da sociedade civil.

Os representantes dos estados **expressaram coletivamente a profunda** preocupação de que armas explosivas usadas em áreas povoadas causem mortes, feridos e traumas em vítimas civis, prejudiquem e destroem a infraestrutura essencial e serviços críticos, expulsam e levam a deslocamentos forçados, deixam vestígios explosivos de guerra que representam uma ameaça a longo prazo, perturbam as atividades socioeconómicas e comprometem potencialmente a segurança humana

Este comunicado é um passo muito positivo para uma melhor proteção dos civis nos conflitos armados. Sendo um comunicado coletivo e orientado para a ação, reflete o **alto nível de compromisso** para apoiar etapas concretas a nível nacional e regional, tanto do representante do estado como da sociedade civil, para **enfrentar os danos causados** pelo uso de armas explosivas em áreas povoadas.

Isso certamente **abrirá caminho para um maior envolvimento** dos estados africanos na dinâmica diplomática que procura melhorar os padrões internacionais de proteção de civis contra o uso de explosivos.

Presidente, Embaixador Alberto Maverengue Augusto, Director da Direcção África e Médio Oriente

Co-presidente, Sra. Alma Al-Osta, Handicap International Anexo 1